



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Zema sobe o tom, Marcon reage



A pré-campanha presidencial de 2026 começa a ganhar contornos mais nítidos e polarizados. De um lado, o deputado federal gaúcho Marcel Van Hattem (Novo, à esq. na foto), sustenta que o governador Romeu Zema (Novo) representa uma alternativa real ao modelo petista. De outro, o deputado federal gaúcho Dionilso Marcon (PT, à dir. na foto) rebateu as críticas e defendeu os resultados do governo Lula. As manifestações dos deputados gaúchos, revela o clima que deve marcar o próximo ciclo eleitoral: confronto de narrativas e disputa por espaço político antes mesmo do inicio oficial da corrida ao Planalto. No centro desse cenário, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema surge como peça em movimento na direita e no campo liberal.

Aposta do Novo

Para Marcel van Hattem, o desempenho de Zema em Minas Gerais credencia o governador a disputar o Planalto com protagonismo. O parlamentar lembra que a reeleição em primeiro turno foi um feito raro entre governadores e sinal de aprovação popular consistente. Na leitura do deputado, "o Novo tenta se consolidar como oposição mais firme ao governo federal no Congresso, com iniciativas que vão de pedidos de investigação a ações em órgãos de controle". A pré-candidatura presidencial, segundo ele, também serve para ampliar a bancada do partido e atrair novos quadros. Van Hattem, que se movimenta para o Senado no Rio Grande do Sul, avalia que o debate sobre equilíbrio entre os Poderes e críticas ao STF têm mobilizado parte do eleitorado e antecipado a disputa.

A resposta petista

As declarações de Zema e de aliados provocaram reação imediata no PT. O deputado Marcon rejeita as críticas ao partido e ao governo federal. Para ele, "a gestão Lula tem apresentado resultados econômicos e sociais, com queda da inflação, aumento do salário-mínimo e geração de empregos". Marcon sustenta que "governos petistas priorizam a população e acusa setores da oposição de se apropriarem do discurso patriótico". A resposta evidencia que o PT não pretende deixar sem contraponto às investidas da oposição.

Zema em campo

Nesse ambiente, Romeu Zema eleva o tom e reafirma que manterá sua pré-candidatura até o fim. O governador mineiro apostou no discurso de austeridade fiscal, combate à corrupção e eficiência administrativa como diferenciais de sua gestão. Também afirma que apoiará qualquer adversário do PT em eventual segundo turno, caso não esteja na disputa final.

**Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.**



in @ f ☰ www.sko.com.br | 51 3342.9323

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

PF apura vazamento de dados da Receita de ministros do STF

Informações sigilosas teriam sido compartilhadas indevidamente

/ JUSTIÇA

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal cumpriu, nesta terça-feira de Carnaval, quatro mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, no âmbito de investigação que apura possíveis vazamentos de dados da Receita Federal de ministros da corte e de seus familiares. A medida foi tomada após representação da Procuradoria-Geral da República. Além das buscas, foram determinadas medidas cautelares, entre elas o monitoramento por tornozeleira eletrônica, o afastamento do exercício de função pública, o cancelamento de passaportes e a proibição de saída do País dos investigados.

Em janeiro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes abriu de ofício um inquérito para investigar se a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) quebraram de forma irregular o sigilo fiscal de ministros da corte e familiares.

A receita questiona o inquérito, uma vez que, de acordo com interlocutores, o órgão não tem dados de contratos particulares e, além disso, o acesso a informações sigilosas sem procedimento



Mandados foram cumpridos em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia

fiscal aberto é uma prática sujeita a pena de demissão. As suspeitas de que dados sigilosos de ministros e seus familiares foram vazados surgiu após o estouro da Operação Compliance Zero, que investiga o Banco Master. Em dezembro, o jornal O Globo revelou detalhes do contrato da mulher de Moraes, Viviane Barci de Moraes, para a defesa dos interesses do Banco Master e de Daniel Votorato no Banco Central, na Receita Federal e no Congresso Nacional.

De acordo com o contrato, assinado em janeiro de 2024, o escritório de Viviane receberia R\$ 3,6 milhões por mês ao longo de três anos. Caso tivesse sido cum-

prido integralmente, o escritório Barci de Moraes Associados receberia R\$ 129 milhões até o início de 2027.

Quando o inquérito que apura possíveis vazamentos de dados fiscais de ministros do Supremo e de familiares foi aberto por Alexandre de Moraes, o Estadão apurou, sob reserva, que um grupo de ministros defende que a investigação esclareça se houve vazamento de informações sigilosas por parte de órgãos federais. Outra ala da Corte, no entanto, avalia que o novo inquérito pode ser interpretado como uma forma de pressão ou represália a órgãos de controle.

Corte diz que inquérito identificou acessos ilícitos

O Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou, em nota publicada nesta terça-feira, que a investigação sobre vazamento de dados fiscais de ministros e seus parentes identificou "diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Secretaria da Receita Federal do Brasil, seguindo-se de posterior vazamento das informações sigilosas". A manifestação ocorreu em nota após a Polícia Federal (PF) realizar na manhã desta terça operações de busca e apreensão dos suspeitos de terem acessado e vazado indevidamente as informações fiscais de magistrados e seus familiares. A corte afirma que os alvos da operação foram quatro servidores da Receita Federal que estão cedidos a outros órgãos.

São eles: Luiz Antônio Martins Nunes, Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos

e Ricardo Mansano de Moraes. O comunicado foi enviado à imprensa como de autoria do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, mas posteriormente o STF alterou o conteúdo da nota e afirmou que o texto deveria ser atribuído à instituição.

O STF assume na nota que a investigação foi iniciada como um desdobramento do inquérito das fake news, do qual o ministro também é relator. O caso teve início por iniciativa de Moraes após diversos veículos de imprensa revelarem relações da sua esposa, Viviane Barci de Moraes, e dos irmãos de Dias Toffoli com investigados no caso do Banco Master. Na nota divulgada nesta terça-feira, o STF reproduz a avaliação feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de que a "exploração fragmentada e seletiva de informações sigilosas de

autoridades públicas, divulgadas sem contexto e sem controle jurisdicional, tem sido instrumentalizada para produzir suspeitas artificiais". O ministro cita que a Receita enviou ao STF um relatório sobre a atuação dos seus servidores no qual admite a existência de um "bloco de acessos cuja análise, pelas áreas responsáveis, não identificou justificativa funcional".

A PGR avaliou preliminarmente que os acessos podem configurar o crime de violação de sigilo funcional. Ontem, Moraes autorizou a operação da PF e medidas cautelares complementares contra os suspeitos, o que inclui: busca e apreensão domiciliar e pessoal; afastamento dos sigilos bancário, fiscal e telemático e recolhimento domiciliar no período noturno e nos finais de semana mediante uso de tornozeleira eletrônica.